

Uma saída para o atoleiro da dívida

Humberto Quadros

6 AGO 1985

A proposta de conversão de créditos de bancos estrangeiros em ações de empresas brasileiras, através de negociações realizadas pelas Bolsas de Valores, é uma iniciativa capaz de criar um elemento totalmente novo no panorama da dívida externa do País.

O anúncio da proposta feito pelo presidente da BVRJ, Énio Rodrigues, logo suscitou vivo interesse não somente no setor privado como igualmente em círculos do Governo. E, de parte de alguns bancos, houve indicações de que a sugestão pode vir a despertar a sua atenção e merecer deles o indispensável apoio para que se transforme em realidade.

É essencial assinalar que a medida representa, antes e acima de tudo, algo muito importante para o Brasil. Se convertida em coisa concreta, abrirá um largo caminho para posteriores negociações com o maior número possível de instituições financeiras internacionais com créditos a saldar no Brasil. Com isto, poderá cair substancialmente o montante desses compromissos, libertando-se ponderável parcela das nossas reservas cambiais acumuladas pelos saldos das exportações para novos projetos de desenvolvimento econômico e social do país.

Entretanto, como todo assunto novo e criativo, a proposta em causa deve provocar polêmica interna, sobretudo de parte dos que se assustam facilmente com o suposto perigo de que, através dessa providência, a economia brasileira acabe por perder o seu caráter nacional e passe a ser comandada por centros de decisão localizados no exterior. Haverá, também, os indefectíveis adeptos de um falso moralismo prontos a imaginar negócios excusos nessa extraordinária possibilidade de tirarmos, pelo menos em parte, o Brasil do imenso atoleiro em que se encontra.

Não é, todavia, presumível que uma proposição dessa natureza e de tão largo alcance venha a definhar vitimada pelos dardos dos inconsequentes defensores da esdrúxula tese

da moratória unilateral ou, pior ainda, dos que preferem o simples e sumário calote em nossos credores. Por isso, urge estimular o amplo debate em torno da sugestão do presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro — calcada num estudo do economista Carlos Geraldo Langoni — introduzindo no tema uma indispensável dose de racionalidade e objetividade.

A primeira e natural providência que as autoridades governamentais deveriam adotar é um minucioso levantamento (é quase certo que já existe) de todos os empréstimos entre companhias, ou seja, operações feitas entre matrizes e filiais de multinacionais aqui instaladas. Logo se verá que cerca de 12% do total de nossa dívida estão aí localizados e que, sem maiores embaraços, poderiam se dissolver no bojo da conversão em equity dessas mesmas filiais. Uma consulta às matrizes sobre as condições oferecidas pelo Brasil para a conversão dos financiamentos em capital, à base dos critérios já então por nós definidos, talvez provocasse uma resposta favorável surpreendente.

Os outros segmentos da economia — empresas privadas, estatais e mistas — seriam também examinados à luz das conveniências financeiras e políticas do Brasil e, por certo, dos próprios bancos credores. Haverá um natural jogo de interesses em que o nosso País precisa agir com competência e espírito pragmático. O ponto principal a nosso favor é que, a despeito da grave crise em que nos debatemos, somos um excelente mercado que se expande rapidamente e, por isso, representa um atrativo singular para o capital de fora aqui se internalizar sob a forma de investimento.

O assunto é por demais importante e urgente para dormir nas gavetas da burocracia. A ele deve ser concedida prioridade máxima pelo Governo, a fim de que a proposta genérica ora divulgada receba o indispensável aprimoramento dos especialistas e, assim, seja levada à mesa das negociações com os credores externos sob o ânimo construtivo com que se devem tratar as questões de importância vital para nosso futuro imediato.

Humberto Quadros é jornalista e consultor de empresas.